

Amazônia. Uma tutela inaceitável

L. G. NASCIMENTO SILVA

Ninguém pode ignorar a importância que assume, cada vez mais, o problema da Amazônia. E que ele não se circunscreve apenas ao Brasil, sem dúvida o maior parceiro nesse condomínio que se estende a sete outras nações sul-americanas: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Suriname e Venezuela. Esses são os co-participantes dessa vasta reserva florestal, que a nós todos importa preservar.

A área amazônica é extensíssima; como se sabe abrange sete milhões de quilômetros quadrados, ou seja, o correspondente a 12 e meia vezes o território da França, e é de escassa densidade demográfica: atinge menos de 1,6 habitante por quilômetro quadrado e por isso mesmo sua exploração só se fez até agora com limitadíssima ocupação do território. E é bom que assim seja.

Mas, a verdade é que o destino da Amazônia não pode ser dirigido e determinado pelas grandes potências localizadas a milhares de quilômetros da imensa floresta, nem ser objeto de barganha, como seria a proposição que ora se faz da redução das dívidas externas dos países do cone sul contra a ingerência dos países credores no direcionamento da ocupação da bacia amazônica.

Agora mesmo os Estados Unidos recusam-se a fornecer recursos financeiros para a rodovia Acre-Peru, que abriria ao Brasil o acesso ao Pacífico, e, como isso, o escoamento de sua produção dos Estados interiores aos dinâmicos mercados do Pacífico. O Japão seria um natural beneficiário dessa exportação brasileira, ávido, como deve estar, de receber madeira tropical de que tanto necessita, além de um sem número de outros produtos. Mas, é ele um comportado parceiro das diretrizes norte-americanas, especialmente na área da América do Sul. Assim, não

acena, pelo menos ainda, com a oferta de financiamento para essa obra, ele que está repleto de superávits resultantes de suas exportações que o colocam como o segundo maior exportador do Mundo, e cujo produto nacional bruto (PNB) em 1988 teve a extraordinária expansão de 5,7%.

O Brasil, é certo, não se aparelhou ainda para adotar uma política de proteção ambiental da Amazônia. Teme-se, por isso, e justamente, que possa ocorrer aqui também os processos de desmatamento que pauperizaram regiões extensas na África, na Ásia, na Europa e até na América do Norte. Por isso mesmo o Governo brasileiro já se apressa em apresentar um programa, que denomina de Nossa Natureza, e que objetiva vários propósitos, tais como os de conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; estruturar o sistema de proteção do ambiente; desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente; disciplinar a ocupação e a exploração racionais da Amazônia legal; regenerar o complexo de ecossistemas afetados pela ação antrópica, envolvidas no processo de extrativismo. Como se vê é um programa amplo e ambicioso, que exige recursos financeiros e humanos de grande monta. Será que poderemos arcar sozinho com essa hercúlea tarefa?

A verdade é que não podemos compactuar com qualquer projeto que vá transferir de nosso patrimônio geográfico essa porção considerável de nosso território que corresponde a 3/5 do Brasil. Essa área, fértil de riquezas e de possibilidades de aproveitamento sem destruição de sua área florestal, nos pertence de pleno direito, e dela não podemos abrir mão de modo algum.

Daí a necessidade de planejarmos o aproveitamento das possibilidades econômicas da Amazônia, sem destruirmos sua reserva florestal. A internacionalização da Amazônia é tese que não podemos de modo algum aceitar: ela fere nossa soberania, e alienará de nós uma parcela considerável de nosso território. Nem é aceitável a afirmação de que a devastação da floresta amazônica ameaça a estabilidade do meio ambiente mundial. Em artigo anterior já salientei que os projetos brasileiros de abertura de estradas ou a construção projetada de duas usinas hidrelétricas, indispensáveis para geração de luz e força, dentro de planos conscientemente elaborados, não afetarão senão uma área menor do que a de 0,2%. Nós vamos procurar, e já o estamos fazendo, proporcionar à Amazônia os recursos necessários ao seu criterioso desenvolvimento, com a manutenção e o respeito de sua área florestal.

Euclides da Cunha, um dos nossos maiores escritores e pensadores, no início do século, falando sobre a Amazônia dizia uma verdade até hoje irrecusável: "O homem, ali, é ainda um intruso impertinente: chegou sem ser esperado, nem querido — quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... A Amazônia tem tudo e falta-lhe tudo..." ("A Margem da História").

O retrato fixado por Euclides da Cunha está sendo retocado e modificado pela paulatina ação do Governo e dos empresários.

O Brasil é muito consciente de suas responsabilidades para com a comunidade internacional, e com o concerto das nações, e não deixará de atendê-las. Mas, não podemos permitir que se busque impor-lhe uma tutela indevida e irracional.